

***Da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964)
ao atentado bolsonarista de 8 de Janeiro (2023): a
mobilização de sentimentos latentes na justificativa de
questionamentos ao sistema democrático***

***From the Marcha da Família com Deus pela Liberdade
(1964) to the Bolsonaro attack of January 8th (2023):
the mobilization of latent feelings in justifying
questions to the democratic system***

Lavínia Izidoro Martins¹

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise comparada de elementos discursivos das direitas no Brasil no tempo presente e na ditadura militar, a partir da proposta de Joan Ramon Resina de utilização do conceito de latência como categoria de análise histórica que auxilie a explicar a mobilização de sentimentos políticos no seio da sociedade, a partir de estímulos que ativam pré-disposições já existentes. Nossa hipótese é de que esse sentimento latente no Brasil é o anticomunismo que, quando mobilizado a partir de determinados estímulos (sobretudo a evocação de noções como Deus, família e propriedade) serve de subsídio ao questionamento da própria democracia. Para isso, analisamos os discursos e elementos de mobilização de duas manifestações da sociedade civil em defesa de um golpe de Estado: a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade em São Paulo (1964) e o atentado de 8 de Janeiro de 2023 em Brasília.

PALAVRAS CHAVE: Ditadura Militar; Negacionismo; Bolsonarismo; Latência; Extrema-direita.

ABSTRACT: This paper presents a comparative analysis of discursive elements of the rights in Brazil in the present time and in military dictatorship, based on Joan Ramon Resina's proposal of using the concept of latency as a category of historical analysis that helps explain the mobilization of political feelings within society based on stimuli that activate already existing predispositions. Our hypothesis is that this latent feeling in Brazil is anti-communism which, when mobilized from certain stimuli (mainly the evocation of notions such as God, family and property) allows the questioning of democracy itself. To do this, we analyzed the speeches and mobilization elements of two civil society demonstrations in defense of a coup

¹ Doutoranda em História Social - PPGHIS/UFRJ. Instituição de fomento: Capes. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6789-040X>.



d'état: the Marcha da Família com Deus pela Liberdade in São Paulo (1964) and the attack on January 8, 2023 in Brasília.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Denialism; Bolsonaroism; Latency; Far right.

INTRODUÇÃO

Em um estudo, publicado em 2012, em que analisa o período pós-guerra civil espanhol e as permanências perpetradas pela transição continuada no país, Joan Ramon Resina propõe a aplicação de um conceito da psicanálise enquanto categoria de análise histórica: o conceito de latência a que recorria Freud para tratar de trauma, esquecimento e repressão. Ao apresentar essa utilização historiográfica do mesmo, Resina assim define latência: “una realidad observable momentáneamente enmudecida, y no obstante siempre a punto de revivir con los estímulos adecuados” (Resina, 2012, p. 56). O autor faz referência, pois, a sentimentos marcados de forma continuada em uma coletividade ou sociedade e que, a depender do caso, podem ser revividos a partir de estímulos específicos, ou utilizados para legitimar uma escolha política ou um movimento - seja na longa duração ou na curta. Exemplificamos com dois casos apresentados pelo autor: o primeiro foi a utilização de sentimentos monárquicos latentes na Espanha para legitimar a sucessão do poder pós-transição, onde o franquismo é seguido pela posse do príncipe que, ademais, surge como herdeiro político de Franco (op. cit., p. 51). O segundo, enquadrado em uma longa duração, é o antissemitismo na Europa que, permanecendo em latência ao longo de séculos, foi levado ao extremo a partir de estímulos específicos postos em prática pelo partido nazista na Alemanha (Ibid.).

O avanço da extrema direita no Brasil (que é, com efeito, parte de uma conjuntura maior internacional) nas últimas décadas nos levou a indagar se a mobilização de sentimentos latentes em parte da sociedade brasileira compõe os fatores que auxiliam a explicar esse avanço e, mais do que isso, se são esses sentimentos os responsáveis por justificar o questionamento do Estado Democrático de Direito e o apoio de setores sociais a um golpe de estado. O avanço em questão foi protagonizado no país pela chegada de Jair Bolsonaro à presidência da república, nas eleições de 2018, mas é decorrência de um processo que, como aponta Fernanda Petrarca, parte sobretudo das chamadas “jornadas de junho” - série de manifestações organizadas em 2013 e que

apresentaram-se como uma insatisfação ao sistema político e as instituições, de maneira mais ampla, mas foi a partir de junho que elas assumiram pautas mais difusas, como as críticas contra os gastos gerados pela realização da Copa do Mundo, qualidade do ensino e educação, melhorias na saúde pública, o fim da corrupção, dentre outras. Nesse contexto, a corrupção apareceu como uma das principais reivindicações, com 40% das pautas dos manifestantes (Pujol et al., 2014). Aos poucos, elas abriram espaço para grupos políticos que possuíam não só projetos divergentes, como também possuíam pouco poder de voz e orbitavam a periferia do sistema político, criando nesta direção uma oportunidade política inédita. Destacaram-se, nesse processo, principalmente os grupos de direita e de extrema direita (Petrarca, 2021, p. 349).

Nesse sentido, duas grandes consequências observadas na conjuntura política são o crescimento do antipetismo e o fim de um sistema de coalizões que vinha compondo a sustentação dos governos do Partido dos Trabalhadores, já que a ligação com partidos ligados à corrupção foi alvo de grandes questionamentos a partir da operação chamada de Lava-jato (Petrarca, 2021, p. 343). Petrarca salienta que Bolsonaro chega ao poder como representante justamente de um setor de pouca projeção dentro do sistema político, um *outsider*, e que por isso mesmo pôde ser visto como solução diante do descrédito dos sistema político que esse cenário colocava:

O sentimento de ter sido desconsiderado pelo establishment político, durante o período em que atuou como deputado federal, foi o combustível para seu discurso antissistema, com intenso ataque às instituições democráticas centrais, como o parlamento, o jornalismo e o próprio Supremo Tribunal Federal (Petrarca, 2021, p. 342).

Mas além de representante de tais setores até então pequenos dentro do jogo político, o ex-presidente surge como expressão máxima dos questionamentos à própria democracia e às suas instituições, o que é evidenciado tanto por seus discursos - a exemplo de sua homenagem a Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador da ditadura militar, na ocasião da votação do golpe que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, e ao negacionismo que perpetua em relação à própria ditadura (Bauer, 2024) - como pelo desenrolar das eleições seguintes, onde a sua derrota (apertada) nas urnas mobilizou o questionamento de todo o processo eleitoral, bem como da legitimidade e confiabilidade das urnas eletrônicas, e levou à organização de acampamentos às portas de quartéis do exército em todo o país reivindicando que as Forças Armadas impedissem a posse do adversário por meio de um golpe militar. No dia 8 de janeiro de 2023, poucos dias após a posse, esse movimento transformou-se em um ato terrorista onde manifestantes invadiram o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso nacional e depredaram consideravelmente o patrimônio público, incluindo salas, gabinetes, obras de arte e presentes protocolares. Máira Costa e Débora Santos apontam que

Essas ações realizadas pelos segmentos mais radicais do eleitorado bolsonarista, no período que sucedeu as eleições de 2022, não indicam apenas os riscos do extremismo ideológico de direita à democracia brasileira.

Elas ilustram como a extrema direita no país é intrinsecamente conectada a valores autoritários, tendo como referência as Forças Armadas e a ditadura militar (Costa; Santos, 2024, p. 477).

Neste trabalho, pretendemos analisar aspectos dessa ascensão da extrema direita no Brasil a partir principalmente da adesão popular, tendo como norte o supracitado conceito de latência. Para isso, empreendemos uma análise comparada de duas manifestações: a tentativa de golpe de Estado que teve lugar na manifestação de 8 de Janeiro e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que, iniciada em São Paulo mas seguida por marchas em várias cidades no país antes e depois do golpe de 1964, teve caráter de apoio à derrubada de João Goulart e à intervenção militar. Nossa hipótese é de que os meios de mobilização social postos em prática nos dois contextos são os sentimentos e medos latentes no seio de uma parcela da sociedade brasileira, de modo que as manifestações pautam-se em lemas semelhantes, identificados em conceitos que se repaginam ou, ainda, se repetem nas palavras de ordem, discursos e cartazes. Esse sentimento latente é o anticomunismo, mobilizado, em ambos os contextos, a partir de signos muito similares.

Em análise do processo de reativação da direita no Brasil, André Singer (2021) propõe que essa ativação se dá a partir do apelo a pré disposições de longo prazo. O autor sugere que a própria tendência à direita é um fator de longo prazo, sendo os governos de esquerda das últimas décadas uma espécie de janela em que ela foi desativada - mas não extinta. Assim, a vitória de Bolsonaro viria justamente da reativação dessa pré-disposição a partir de um discurso que evocava os elementos capazes de provocar esse fenômeno. Cabe, pois, retornar à formulação de Resina de que esses sentimentos estão sempre prontos a serem revividos a partir dos estímulos certos (op. cit.). Pretendemos demonstrar que o estímulo em questão foi o mesmo nos dois movimentos golpistas: evocação das noções de Deus, família e propriedade frente a uma suposta ameaça comunista.

Tendo em vista que nos propomos a fazer uma história comparada, o trabalho está dividido em três sessões. Nas duas primeiras, descritivas, analisaremos as manifestações individualmente, buscando mapear a composição, organização, mobilização e impacto de cada uma delas. Na terceira sessão partiremos a uma análise comparativa na qual pretendemos identificar elementos que se repetem, bem como as diferenças observadas nos dois processos. Para isso, nos amparamos na bibliografia disponível sobre a Marcha da Família, bem como em jornais que noticiaram o evento (com destaque para a Folha de São Paulo), e no relatório apresentado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)

que foi instaurada para apuração dos eventos que levaram ao atentado de 8 de janeiro. O que buscamos comparar são os elementos evocados nos discursos, cartazes, palavras de ordem e na mobilização para as duas manifestações, buscando identificar ainda como esses elementos são capazes de construir uma justificativa para o questionamento da própria democracia.

A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE

Na tarde de 19 de março de 1964, milhares de pessoas marcharam da Praça da República até a Praça da Sé, em São Paulo, com o intuito de demonstrar sua contrariedade ao governo de João Goulart e às reformas de base que vinha encabeçando. Pioneira de um movimento que não findou com a deposição do presidente, a marcha da capital paulista foi seguida de mais de 60 outras marchas pelo país. Em sua dissertação de mestrado, Aline Presot desenvolveu uma pesquisa centrada na marcha carioca, que recebeu a alcunha de “marcha da vitória” já que acabou por coincidir com a virada do golpe militar, em 1º de Abril, apesar de vir se organizando anteriormente como um pedido mesmo de intervenção militar. Neste trabalho, nos centramos no movimento paulista justamente por seu caráter de reivindicação da deposição do presidente eleito e de apelo por salvação sobretudo às Forças Armadas. Ainda antes do golpe, outras manifestações se organizaram no interior do estado:

As primeiras, em sua maioria concentradas no estado de São Paulo, seguindo a grande marcha do dia 19 na capital, tinham tom eminentemente reivindicatório: pediam aos militares que “salvassem” o país da ameaça comunista. Por outro lado, as marchas que ocorreram após o golpe abandonaram o tom reivindicatório das anteriores. Tratava-se, então, de comemorar a intervenção vitoriosa e de celebrar a “salvação” do país (Cordeiro, 2021, p. 3).

Algo que chama a atenção na manifestação de imediato é o seu caráter, reiterado por eles mesmos, “cívico religioso” (op. cit.). De fato, a organização foi marcada pelo protagonismo de grupos religiosos e de mulheres, que conclamavam à defesa dos valores cristãos que estariam sendo ameaçados. A base dessa suposição estava na ligação do então presidente João Goulart com o comunismo internacional, que pretendia transformar o Brasil em “uma grande Cuba” (Motta, 2000, p. 288). A preocupação com a escalada do comunismo era, como indicou Rodrigo Patto Sá Motta, uma questão importante no seio da Igreja Católica que já desde o século XIX produziu encíclicas papais dedicadas a alertar sobre o “perigo vermelho”. Isso porque a filosofia marxista representava ameaça às filosofias da Igreja, uma vez que

“negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família (...)” (Motta, 2000, p. 38). Nesse sentido, o movimento no Brasil reiterou que o que estava em jogo era o próprio direito de ser cristão, indicando que pretendia-se instalar no Brasil um sistema baseado no ateísmo e onde a religião era vista como ópio (Presot, 2004, p. 100).

Apesar de congregar diversas religiões, e de preconizar um apoio ecumênico em defesa da “liberdade religiosa”, a atuação de organizações católicas se destaca. A Igreja já se organizava a fim de influenciar as decisões políticas por meio de entidades como a Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF), cujo objetivo era orientar o voto dos católicos em candidatos não-comunistas - ou, mais ainda, em candidatos que fossem objetivamente anti-comunistas (Motta, 2000, p. 308). A matéria publicada em primeira página pela Folha de São Paulo, no dia seguinte ao ato, traz a fala do senador pe. Calazans:

Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro de Jango. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara, estipendiado pela corrupção. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho. Vivemos a hora altamente ecumênica da Constituição. E aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: Não! Não! Não! (Folha de São Paulo, 1964).

Como podemos identificar na fala do senador, a marcha organizada em São Paulo foi uma resposta ao Comício das Reformas que teve lugar no dia 13 do mesmo mês, no Rio de Janeiro, com objetivo de defender a proposta do governo para as reformas de base, que incluíam, dentre outras, a reforma agrária que era reivindicação majoritária de movimentos do campo como as Ligas Camponesas (Montenegro, 2004). Para os setores de direita, o projeto era um ataque à constituição, bem como um indicativo do claro projeto de subversão da ordem e implementação do comunismo que o governo pretendia aplicar. O projeto representava, evidentemente, preocupação para os setores dominantes economicamente, o que pode ser melhor discutido a partir de trabalhos que analisam os interesses de classe do golpe e a participação de setores da sociedade civil - notadamente o empresariado e a classe média - em todo o processo e, inclusive, durante o regime, como o trabalho de Renato Lemos (2018) sobre o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o de Marcelo Badaró Mattos (1981) sobre o sentido de classe do golpe. Janaína Cordeiro (2021) aponta, entretanto, que não se deve ignorar o caráter plural das marchas, que tiveram, apesar de sua inclinação em defesa de anseios elitistas, um grande apelo popular e participação de setores variados da sociedade.

Esse medo das reformas e do comunismo atingiu seu ápice na interpretação do discurso de Jango no comício, que encerrou com a frase: “Nem os rosários podem ser erguidos como armas contra os que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra, ainda em mãos de uns poucos afortunados” (Presot, 2004, p. 57). Esta, que criticava justamente a manipulação da opinião de devotos por meio da fé, foi tomada como uma provocação pelos religiosos, especialmente os católicos, de modo que o movimento que desembocou na marcha iniciou-se sob a alcunha de “movimento de desagravo ao rosário”. Essa relação foi importante na construção de um dos principais símbolos semióticos das manifestações, que foram os terços nas mãos das chamadas “marchadeiras”, tanto na de São Paulo como nas demais (Presot, 2004, p. 23).

Figura 1 - Marchadeiras levando o Rosário na Marcha do Rio de Janeiro, 01 de Abril de 1964



Fonte: Memorial da Democracia (1964)

Como explica Janaína Cordeiro, o comício em si foi visto como um ataque à constituição e à democracia (Cordeiro, 2021, p. 9). Junto ao apelo religioso, o papel feminino foi muito destacado, corroborando a ideia de defesa da família, de modo que mães, avós e irmãs estariam lutando na defesa do país por suas famílias. O manifesto que chamava à mobilização era assim intitulado: “mulher paulista, mãe paulista, esposa paulista, irmã paulista” (op. cit., p. 6). Também é evidente o fato de se considerarem os verdadeiros defensores da democracia, já que, estando o país sob ameaça de uma subversão comunista, o golpe de

Estado, a despeito de ser antidemocrático por si só, surgiria como peça fundamental na manutenção da democracia em si. É preciso levar em conta a esse respeito que supunha-se, em grande parte, que após livrar o país da ameaça os militares devolveriam o país “limpo” à sociedade civil. Junto a esse medo do comunismo, apareciam críticas à corrupção que, como aponta Carlos Fico (2001, p. 23), eram parte das bases do movimento golpista.

Por fim, é importante ressaltar o papel que cumprem as Forças Armadas nesse cenário: a matéria da Folha de São Paulo deixa entrever que os manifestantes da Praça da Sé consideravam seu movimento uma espécie de herdeiro do movimento constitucionalista de 1932, destacando-se falas como “32 mais 32 são 64”. Nesse mesmo ínterim, o exército era conclamado como defensor das vontades do povo, a serviço da democracia e da luta contra a subversão, como um salvador e guardião frente ao perigo do comunismo que se colocava. O discurso do deputado integralista Plínio Salgado é um conclave à intervenção militar:

Bravos soldados, marinheiros e aviadores de nossa pátria, sereis capazes de erguer vossas armas contra aqueles que querem se levantar, aqueles que se levantam contra a desordem, a subversão, a anarquia, o comunismo? Contra aqueles que querem destruir os lares e a soberania da pátria? Esta manifestação não vos comove? Será possível que permitireis, ainda, que o Brasil continue atado aos títeres de Moscou? (Folha de São Paulo, 1964).

O trabalho já citado de Aline Presot traz como epígrafe uma fala do presidente Lula onde relembra os dias ao entorno do golpe, e diz que, naquele momento, a maior parte das pessoas via a tomada de poder pelos militares como algo positivo, já que, justamente como defensores da vontade geral e portadores de grande credibilidade junto à sociedade, o Exército não poderia representar uma ameaça. Pelo contrário, era a salvação do Brasil (Presot, 2004, p. 11). Em grande medida, as marchas serviram como legitimação nos discursos pós-golpe onde se colocava que a “Revolução” havia sido preconizada pelas vontades e anseios do povo (Mattos, 2000, p. 333).

O ATENTADO DE 8 DE JANEIRO

O processo eleitoral do Brasil em 2022 transcorreu como que sob uma nuvem que deixava entrever que a democracia em si poderia estar por um fio. Em uma disputa extremamente polarizada, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, venceu o candidato da direita, Jair Messias Bolsonaro, com a apertada margem de 0,8% dos votos válidos. Nos

meses anteriores ao resultado, entretanto, o então presidente Bolsonaro já deixava mostras de que não pretendia aceitar o resultado das urnas caso fosse derrotado.² Mais do que isso, dava seguimento a um já longo processo de questionamento da legitimidade e transparência das urnas eletrônicas (o candidato defendia o retorno ao voto impresso) e, em conjunto, de todo o sistema eleitoral do país que, como discutiremos no tópico a seguir, já se apresentava desde as eleições de 2014. A título de exemplo, recorremos a três entrevistas, em momentos diferentes, em que fala sobre a possibilidade da derrota.

A primeira é um trecho publicado pela Carta Capital, em julho de 2021, em que o presidente criticou as urnas eletrônicas e apontou que algum lado, caso se sentisse prejudicado, poderia questionar o resultado e causar problemas ao processo eleitoral. E complementa: “(...) e esse algum lado obviamente é o nosso lado. Queremos transparência, o voto auditável” (Carta Capital, 2021). Já em entrevista concedida em outubro de 2022, no período entre turnos, Bolsonaro foi questionado se deixaria o cargo em caso de derrota, mas não respondeu diretamente à pergunta. Defendeu, entretanto, a criação de uma comissão de transparência - para a qual foram convidados militares - cujo objetivo seria analisar e investigar os resultados das urnas atrás de possíveis fraudes, e utilizou como elemento para amparar as suas dúvidas quanto à legitimidade do processo o fato de que sua aceitação perante ao público era muito melhor do que a do adversário, ao que se segue: “Mas vamos às urnas, vamos deixar com a comissão de transparência eleitoral” (Congresso em Foco, 2022). Sua declaração de que aceitaria o resultado caso vencido veio apenas dois dias antes do segundo turno: “Não há a menor dúvida. Quem tiver mais votos leva. É isso que é a democracia” (O Globo, 2022).

Fizemos esse apanhado para compreender o clima que se seguiu à derrota do candidato: os questionamentos ao resultado foram instantâneos entre os seus apoiadores. O sentimento de revolta oriundo desses questionamentos, e a ambiguidade presente em suas declarações, levaram milhares de apoiadores seus a protestarem montando acampamentos às portas dos quartéis do exército em todo o país, solicitando às Forças Armadas que impedissem a posse do presidente eleito, tomassem o poder e reconduzissem Bolsonaro à presidência. Esses acampamentos foram, na verdade, sequência a uma série de manifestações em prol de um golpe militar que aconteceram já no dia 1º de novembro, em geral nos mesmos locais onde a seguir se fixaram - reiterando que sua intenção era mostrar ao exército que tinham o apoio

² Um artigo da BBC logo antes do primeiro turno ressalta esse clima: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63109490>. Acesso em: 27/06/2025.

popular para “agir”. Apesar de não ter se recusado a deixar o cargo, o ex-presidente havia incentivado mobilizações semelhantes ao dizer que “manifestações pacíficas serão sempre bem-vindas” (Congresso Nacional, 2023, p. 524). De acordo com a CPMI instaurada para apurar o 8 de janeiro, os participantes dos acampamentos “afirmavam que, se resistissem por 72 horas, o Exército tomaria o poder. Viviam a promessa, continuamente postergada, de que o dia seguinte seria o dia ‘D’, porque Bolsonaro estaria ensaiando uma reação, e ‘algo’ iria ocorrer” (op. cit., p. 539). Os acampamentos tinham como grito de guerra “Ou ficar a pátria livre, ou matar pelo Brasil” (op. cit., p. 584). Essa adaptação do tradicional trecho do Hino da Independência, substituindo “morrer” por “matar” pelo Brasil, permite observar que o tom violento que o movimento vai assumir já estava claro desde a fase dos acampamentos.

O ato sobre o qual nos debruçamos aqui foi, pois, o seguimento e expressão máxima de todo esse processo. Na verdade, a manifestação começou mesmo em um desses acampamentos, seguindo do Quartel General do Exército, em Brasília, rumo à Praça dos Três Poderes. O trabalho de Rodrigo Portari *et. al.* (2024) aponta que, apesar de já anunciado o ato e com intensa mobilização nas redes sociais, não se podia prever a proporção que tomaria, nem a natureza terrorista que assumiria. Ainda assim, o relatório da CPMI informa que foram emitidos alertas quando as caravanas começaram a chegar - somando já mais de 100 por volta das 8 da manhã. Foram ônibus de todos os estados do Brasil, financiados por diversos setores empresariais, com destaque para o agronegócio (Congresso Nacional, 2024, p. 577). Os alertas da Abin já anunciavam o caráter antidemocrático da manifestação, já que seu mote principal era o questionamento do resultado das eleições. Além do que, já incitavam invasões prediais e violência (op. cit.).

As mobilizações foram feitas através das redes sociais, e já se podia perceber uma tendência extremista em orientações como, por exemplo, a de que não fossem levadas crianças ou idosos (op. cit., p. 12) e de que não filmassem placas ou identificações dos ônibus. De acordo com o relatório supracitado,

A partir de 5 de janeiro, os termos “festa da Selma” e a hashtag *#BrazilianSpring* começaram a ser utilizados no Twitter como códigos para a invasão de Brasília. O termo “Selma” — que fazia alusão à expressão “Selva”, utilizada por militares brasileiros — era empregado para despistar o monitoramento das mensagens que convidavam e organizavam transporte para as invasões. (Congresso Nacional, 2024, p. 623)

A caminhada rumo à esplanada teve início às 13:00, e parecia seguir a linha das manifestações bolsonaristas que a precederam: a utilização do verde e amarelo como símbolo, além da figura do ex-presidente em camisas, faixas e bandeiras. Seguiam escoltados pela polícia e, segundo



mensagem enviada ao governador pela Secretaria de Segurança Pública, encontravam-se sob controle e haviam feito acordos de manter o ato pacífico, o que todavia “não coincide com os alertas da Abin relativos ao mesmo momento, que reportam ‘discursos inflamados’, ‘pessoas pintando o rosto como se fossem para um combate’ e ‘relatos de que as forças de segurança policiais e militares não irão confrontá-los’” (Congresso Nacional, 2024, p. 649). O ato se tornou efetivamente terrorista, porém, por volta das 14:30, quando os manifestantes furaram os primeiros bloqueios da Polícia Federal e se espalharam pela Esplanada dos Ministérios.

Figura 2 - manifestantes tomam as rampas do Congresso Nacional



Fonte: Congresso Nacional, 2024, p. 655.

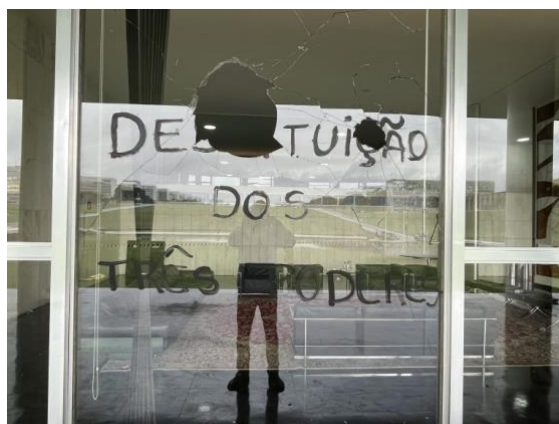
A partir daí, rumaram à invasão de três edifícios principais: O Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. De acordo com a investigação, os três prédios foram invadidos quase que simultaneamente:

(...) quando os insurgentes subiam a rampa do Planalto, manifestantes ainda não haviam tomado o Salão Verde do Congresso; quando os vândalos entraram no Supremo, a destruição mal havia começado nos outros prédios. A simultaneidade dos ataques demonstra que a mobilização tinha ordem e tinha propósito. Não era uma massa desgovernada, mas coordenada (Congresso Nacional, 2024, p. 627).

O relatório também informa que muitos manifestantes portavam armas variadas, de armas brancas como facas a bolas de gude e líquidos inflamáveis (op. cit. p. 649). O estrago causado no interior dos prédios foi sem precedentes: vidros quebrados, obras de arte danificadas, presentes protocolares - símbolos inestimáveis das relações diplomáticas com diversos países

- destruídos ou seriamente avariados (alguns inclusive ainda desaparecidos), inscrições e pichações em estátuas e nas paredes.

Figura 3 - Frase pichada no vidro quebrado do Salão Negro: "Destituição dos três Poderes"



Fonte: Agência Câmara de Notícias

Rodrigo Portari *et. al.* (2024) apresenta uma análise da cobertura midiática do ato a partir dos elementos constituintes das manchetes de quatro jornais: *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense*. Apesar da clara relação ideológica (e mesmo causal) dos golpistas com o ex-presidente Jair Bolsonaro, o autor aponta que em alguns jornais “os primeiros sentidos postos em circulação dão uma perspectiva imediatista dos eventos, vinculando-as à inanição das forças de segurança do Distrito Federal, sem uma moldura histórica mais abrangente” (Portari; *et. al.*, 2024, p. 19). Já em outros, como “n’O Globo, o quadro de interpretações constrói uma rede de significações segundo as quais Bolsonaro, mesmo fora do país, protagonizou e incitou as ações de vandalismo” (op. cit., p. 20). Ele aponta que a *Folha de São Paulo* identificou os responsáveis pelo vandalismo como a “turba”, que seria “uma minoria raivosa”, “um punhado de idiotas” (op. cit., p. 16).

De fato, o relatório da CPMI também critica a atuação insatisfatória das forças policiais na contenção do ato. É importante destacar, apesar disso, que, a despeito das tentativas de desvinculação de Bolsonaro com o ato - inclusive em seu próprio posicionamento de que não teve nada a ver com os excessos dos manifestantes -, o argumento é muito difícil de ser sustentado quando abordado a partir de uma perspectiva geral do período que vai do pré-

eleitoral até o 8 de Janeiro. Isso porque, como indicamos, mesmo antes dos resultados o candidato já questionava a legitimidade das urnas, e no pós eleição se portou com inédito silêncio: o primeiro pronunciamento sobre o resultado só aconteceu 48 horas após a eleição, e de forma extremamente sucinta, sem fazer referência ao presidente eleito, por exemplo. Além disso, recusou-se a entregar a faixa presidencial, como é tradição, e saiu do Brasil rumo aos Estados Unidos antes do ano novo para não participar da cerimônia de posse (op. cit., p. 3).

Essa CPMI foi instaurada ainda em 2023 e tinha o objetivo de apurar como se formou o ato terrorista e como chegou ao ponto em que chegou e, ainda, se houve alguma forma de colaboração ou abrandamento das forças de segurança que deveriam impedir os manifestantes de chegarem aos edifícios. Logo na introdução, a dedução é enfática: “O Oito de Janeiro é obra do bolsonarismo” (Congresso Nacional, 2023, p. 11). A comissão também enfatiza que os ataques à democracia tampouco acabaram ao fim do ato, ainda que os acampamentos tenham sido dissolvidos, de modo que reitera a necessidade de uma vigilância permanente. Assim, para além da descrição do ato em si, a comissão buscou traçar todo o percurso que levou até sua organização, bem como as estratégias mobilizadoras e o financiamento do ato, dos transportes e dos subsídios dos acampamentos nos quarteis.

Por fim, não é possível deixar de destacar que esse ato foi desdobramento dos acampamentos que ele próprio incentivou: Portari *et. al.* (op. cit.) reiteram que pronunciamentos ambíguos de Bolsonaro após a derrota foram a força motriz dos posicionamentos antidemocráticos em sua base, nos quais chegou a dizer que manifestações contra o resultado eram bem-vindas (op. cit.). O relatório da CPMI também destaca isso, já que se inicia com uma descrição longa de seus antecedentes, deixando claro que os ataques à democracia não começaram no ato terrorista e que havia uma relação direta de continuidade entre a postura anti-democrática do ex-presidente e as tentativas ou solicitações de golpe:

Em um contexto de entrincheiramento pós-eleitoral, dada a resistência de seus apoiadores em aceitar os resultados das urnas, a fala do então presidente foi lida não apenas como apoio tácito aos atos antidemocráticos que se verificavam em toda parte, mas também como incentivo a um maior protagonismo dos bolsonaristas, que não deveriam simplesmente esperar pela intervenção das Forças Armadas. Ou seja, deveriam passar, em resposta ao dog whistle do então presidente, a fazer “justiça” com as próprias mãos (Congresso Nacional, 2023, p. 585).

Nesse sentido, é possível questionar em que momento exatamente podemos considerar que a normalidade foi rompida, já que, ainda que não tivessem a magnitude que assumiu o ato, as manifestações anteriores eram já um ataque ao Estado Democrático de Direito, ao mostrar

efetivamente seu apoio às Forças Armadas para impugnação do processo eleitoral e instauração de um regime de exceção. Seriam, portanto, as manifestações às portas dos quartéis, em novembro, já o marco do rompimento com a democracia? Neste trabalho, consideramos que o questionamento da legitimidade das urnas é já este marco, a partir do qual se arquiteta todas as manifestações posteriores e que, no final, só aconteceram porque esse é o discurso que ele movimenta. Apesar de ser esse um questionamento que começa ao redor das eleições de 2014 (cujo resultado acabou não sendo também respeitado, já que a presidenta eleita sofreu um golpe dois anos mais tarde), é com Bolsonaro às portas de perder a eleição que esse questionamento se torna efetivamente um ensejo para um golpe, e começa a mobilizar uma massa que compõe a sua base em torno desse objetivo. A mobilização através de *fake news* e crimes cibernéticos também entra em cena:

Concluída a eleição, a longa e midiática contestação, infundada, da higidez do sistema eleitoral brasileiro, foi substituída na agenda dos extremistas pelo pedido de cancelamento do pleito e efetivação de um inconstitucional golpe militar. Nesse curso, desde as conexões ciberterritoriais, a experiência do radicalismo tomou rodovias e portarias de sedes do Exército Brasil afora. Interdições totais das principais estradas nacionais e acampamentos de radicais foram articulados nas nuvens do ciberespaço, transformando e transtornando a paisagem material em todo o território brasileiro, numa evidência do quão intrínseca é a ligação das vivências digital e presencial no atual modelo civilizacional (Martinuzzo; Darriba, 2023, p. 4).

Em trabalho sobre o assunto, José Antonio Martinuzzo e Vinicius Anciães Darriba consideram as fake news e a sua influência nos processos políticos como expressões de uma era de pós verdade, onde notícias falaciosas são impulsionadas a partir de temas polêmicos e mobilizantes para um grupo, como aborto, drogas, comunidade LGBTI+ (de grande impacto especialmente para grupos religiosos); capazes de circular por um grande número de redes, grupos de whatsapps e outros canais midiáticos. Os autores defendem que a mobilização em torno desses temas tem o efeito de promover

“laços massificantes”, formando um painel discursivo articulado para mobilizar e congregar massas instrumentárias, posto que resultantes do exercício de um totalitarismo versão século XXI de “engenharia comportamental” digitalizada. Nesse caso, para espraiamento do obscurantismo e cooptação à formação de contingentes extremistas (op. cit. ,p. 14).

Assim, essas notícias falsas se unem às acusações infundadas de fraudes eleitorais na mobilização que atinge seu extremo no ato terrorista. Gostaríamos de finalizar esse tópico enfatizando o irrecuperável valor dos objetos que foram alvo dos golpistas: foram danificados - alguns de forma irreparável - 46 presentes protocolares, expressões de amizade e diplomacia entre nações oriundos de países dos 5 continentes. Além disso, obras de renomados artistas brasileiros que estavam em exposição, bem como a estrutura dos prédios em si, sofreram graves danos. Em 2024, o Centro de Documentação e Informação da Câmara

dos Deputados publicou um minucioso ebook em que detalham o trabalho de restauração das peças que foi feito pelas equipes do Centro de Documentação e Informação (Cedi) e do Museu da Câmara, bem como traz um apanhado dos danos e das estratégias que foram levadas em conta no processo de restauração (Filho; *et. al.*, 2024).

DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: O CONSERVADORISMO COMO RESPOSTA À AMEAÇA DO INIMIGO INTERNO

Ao nos propormos a analisar as duas manifestações a partir de um conceito como latência, ou seja, buscando identificar similitudes nos sentimentos mobilizados no seio da sociedade para elas e a subsistência deles ao longo dos anos que as separam, recorreremos a uma perspectiva comparada na qual pudessem ser apontadas tanto permanências como diferenças nas conjunturas. Nesse ínterim, identificamos, *a priori*, diversos elementos discursivos que impulsionam questões que são capazes de mobilizar uma parcela considerável da população e que se apresenta nos dois casos: a defesa de valores como religião (sobretudo cristã - embora a primeira seja marcada de forma especial pelo ecumenismo), pátria e família tradicional frente a uma suposta ameaça comunista. Nesse sentido, nossa hipótese é de que o sentimento latente essencial nessa comparação é o anticomunismo, que está estritamente interligado a esses valores morais que o acompanham.

Em sua tese de doutorado, Rodrigo Patto Sá Motta (2000) analisou o desenvolvimento e a presença do anticomunismo no Brasil ao longo do século XX, indicando que ele se expressava no país já desde a Revolução Russa, em 1917. Destacam-se, entretanto, duas “grandes ondas anticomunistas” em dois momentos em que se acreditou que a ameaça da revolução era mais premente: a primeira entre 1935 e 1937, diante do que foi chamado de intentona comunista, e a segunda entre 1961 e 1964 diante da posse do presidente João Goulart e suas propostas de reformas que, supostamente, indicavam suas inclinações comunistas (Motta, 2000, p. 342). De acordo com o autor,

A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo (Motta, 2000, p. 18).

Apesar do exagero da ameaça enxergada nesse período, o comunismo passa a representar de fato uma saída para cada vez mais pessoas no pós-revolução de 30, especialmente jovens e intelectuais (op. cit., p. 26). Além disso, embora ele destaque essas duas ondas, o período entre elas não foi livre de organizações e mobilizações anti comunistas, as quais apenas adquiriram uma importância maior nas proximidades do golpe de 1964. Nesse sentido, Motta propõe a utilização do termo anticomunismos, no plural, já que na verdade o que pode ser visto como um movimento era um todo muito heterogêneo, composto por grupos diversos e com maior ou menor grau de atuação a depender do caso (op. cit., p. 32). Ademais, levando em conta que perdurou ao longo de décadas, as transformações no seio dessas mobilizações impedem uma análise homogênea. Assim, “o anticomunismo se tornou uma tradição, em outras palavras, se configurou como um fenômeno estrutural. Porém, a continuidade estrutural não implicou na ausência de mudanças” (op. cit., p. 342). Podemos considerar, pois, que o anticomunismo se mantém como sentimento latente ao longo do século, com maior ou menor expressão de acordo com os mecanismos que o impulsionam.

Algo que se destaca em ambos os momentos de maior expressão é, pois, a certeza de estar lutando contra uma revolução comunista em curso. Além disso, a forma como os comunistas são representados gira em torno de uma certa mística: em geral aparecem como demônios, “o inimigo, o estrangeiro, o “outro” que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional” (op. cit., p. 51) e o movimento em si como “intrinsecamente mau” (Ibid., p. 41). Agora, analisando sua manifestação mais de meio século depois, onde sugerimos a existência de uma terceira onda, outro elemento salta aos olhos: no limite, o anticomunismo em seu auge é capaz de mobilizar sentidos que justifiquem a derrubada da própria democracia.

Nesse sentido, a conjuntura que rodeia as duas manifestações é um primeiro ponto de comparação. Em 1964, em plena Guerra Fria, a polarização e o medo da aproximação do Brasil a países socialistas se somavam ao medo das reformas de base propostas pelo governo de João Goulart, visto ele próprio como comunista. A revolução cubana ajudou a tornar o perigo mais próximo, tanto do ponto de vista norte americano, que temia sua expansão pela América Latina, como do ponto de vista das classes médias brasileiras, preocupadas com a manutenção da ordem social (op. cit., p. 287). As palavras de ordem que surgem na Marcha da Família evidenciam isso: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo”; “Democracia tudo, comunismo nada”; “Abaixo os entreguistas vermelhos”; “Abaixo os pelegos e os

comunistas”; “O Brasil não será uma nova Cuba”; “Reformas pelo povo, não pelo Cremlin” (op. cit., p. 328).

Ao fim do seu trabalho, que foi defendido na virada para o século XXI, Motta sugeria que “(...) [ao que] tudo indica, o anticomunismo desapareceu junto com seu adversário e razão de ser, o comunismo, que hoje dá sinais de estar nos estertores” (op. cit., p. 345). O que o cenário político 20 anos depois nos mostra é, no entanto, o contrário: a despeito do fim do socialismo como bloco econômico, o comunismo aparece como inimigo central em muitas das chamadas para os acampamentos golpistas e para o ato de 8 de janeiro em si:

Figura 4 - imagem divulgada como parte da mobilização para as manifestações nos quartéis e sugerindo boicote à Copa do Mundo.



Fonte: Relatório da CPMI, p. 534.

Na veiculação da imagem acima, o intuito era manter a mobilização das manifestações nos quartéis frente à copa do mundo de futebol que acontecia concomitantemente, sugerindo que os patriotas dessem preferência a lutar contra o comunismo em vez de assistir à seleção em campo.

Ao discutir os elementos que permeiam a reativação da direita no Brasil nas últimas décadas, André Singer conclui que a polarização política entre direita e esquerda tem um crescimento exponencial no entorno das eleições de 2018 - as primeiras de Bolsonaro e onde o anticomunismo toma sua maior expressão até então. A partir de dados do datafolha, ele aponta que nesse período as pessoas se mostraram mais decididas ao escolher um dos dois lados (direita ou esquerda), tendência esta que partiria do discurso construído pela direita ao colocar o outro como inimigo:

Paradoxalmente, a polarização provocada pela direita, a despeito dos problemas que tem causado à democracia, resulta num efeito politizador, expresso no aumento de eleitores que se posicionam. É natural que, quando termos como direita e esquerda voltam a circular, as predisposições ideológicas sejam ativadas como um todo. Estas, como vimos, são, na maioria, direitistas, porém ocasionam reações à esquerda e, também, ao centro (Singer, 2021, p. 714).

A premissa que norteia essa nova onda é bastante similar: agora, elementos semelhantes acusam o Partido dos Trabalhadores de comunista e baseiam-se na aproximação diplomática do presidente Lula, por exemplo, a outros líderes latinoamericanos de esquerda para sugerir que sua intenção é transformar o Brasil em uma nova Venezuela, uma nova Cuba, entre outros. Retoma-se, assim, a ideia de que o país estaria prestes a se inserir num sistema comunista internacional, também retomando a imagem mística do comunismo como símbolo do mal. Como vimos nos discursos da Marcha da Família, também a figura de Jango foi associada a líderes comunistas como Fidel Castro para sugerir a sua pretensão de transformar o Brasil em um espelho de Cuba, além da visita do presidente à China que lhe rendeu duras críticas o acusando de conspirar com o país e com o comunismo internacional (Presot, 2004, p.46).

Já nessa simbologia destaca-se outro elemento comum a ambas as manifestações: o papel das organizações (bem como de argumentos) religiosas. A igreja foi, na verdade, a principal responsável por essa construção imaginária do comunismo como “o mal”, e o tema foi central no seio da Igreja Católica como um todo, não apenas no Brasil. Diante do avanço do bloco socialista, a preocupação crescente colocava em foco o ataque às instituições religiosas, já que atacava os dogmas da igreja e via a religião como um “ópio”. Como Patto Sá Motta destaca, o tema foi tratado em encíclicas papais desde meados do século XIX, instruindo que os líderes religiosos afastassem dos fiéis a ideologia marxista. Destaca-se também a Igreja como resistente ao longo dos séculos a ataques de todos os lados:

O comunismo seria apenas o inimigo mais recente, para uma instituição que se sentia acostumada a grandes desafios e se imaginava vítima da perseguição dos adversários de Deus. A História, porém, demonstraria a força da Igreja: todas as batalhas foram vencidas e os perseguidores dos cristãos destruídos pela divina providência, o que se constituiria na maior prova do caráter verdadeiro da religião (Motta, 2000, p. 36).

Como vimos, uns dos maiores símbolos da Marcha da Família foram os rosários nas mãos das marchadeiras - além da menção a Deus no nome da marcha - que se apresentavam rezando pelo país, por seus filhos e maridos. A ideia é que o rosário seria sua maior arma na luta contra o mal, contra os inimigos de Deus e da pátria. As manifestações bolsonaristas retomam fortemente essa ideia de guerra contra um inimigo interno que buscava destruir a moral cristã, a partir de uma “Teologia da Guerra Espiritual” que baseava-se na máxima “nós

x eles". Nós: os cristãos. Eles: os que atacam as leis de Deus (um bojo na verdade muito amplo, como veremos a frente). Já na primeira eleição de Bolsonaro, "o discurso de fundo religioso serviu como elemento mobilizador de afetos traduzidos em adesão eleitoral ao candidato" (Gracino JR *et. al.*, 2021, p. 548). Muito sintomático dessa ligação religiosa é a presença nas manifestações de pessoas de joelhos "orando pelo Brasil".

Figura 5 - Bolsonaroistas se ajoelham em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, durante ato de 8 de janeiro de 2023.



Fonte: Poder 360.

Como indicam Paulo Gracino Jr. *et. al.*, essa proeminência de elementos religiosos já se colocava desde as contestações do governo de Dilma Rousseff nas manifestações de 2013, a partir das quais "os evangélicos passam a atuar ativamente na urdidura de um campo discursivo antipetista" (op. cit., p. 559). A isso soma-se o fato de que, apesar de ser católico, Bolsonaro aparece já desde esse período como político ligado cada vez mais ao meio evangélico, chegando inclusive a se batizar no rio Jordão pelas mãos de um pastor e, como sugere Marina Lacerda, "tornando-se evangélico sem deixar de ser católico" (Lacerda, 2022, p. 155).

Mas essa guerra não tem o anticomunismo como único motor: nesse meio considerado "o mal" se inserem todos aqueles que são considerados divergentes da moral cristã: a comunidade LGBTI+, o movimento feminsita, religiões de matriz africanas, ateus... na verdade, todos esses elementos centralizam-se sob uma bandeira que também erguia-se sobre as mãos da marcha de 64: a defesa da família tradicional e dos valores conservadores que a sustentam, onde o que questiona os segundos representa um ataque direto à primeira. Assim,

Também percebemos que ao abordar o processo eleitoral de escolha de representantes o léxico empregado não está relacionado ao conceito de democracia, mas sim a termos comuns ao meio militar. Nesse sentido, as eleições são apresentadas na lógica da guerra, como uma batalha moral e política, onde o voto é a principal arma para defender a pátria e os valores democráticos (Costa; Santos, 2024, p. 497).

Duas das maiores bandeiras levantadas pelos setores conservadores atualmente são a oposição ao que dizem ser a “ideologia de gênero” (conceito não fundamentado criado por esses mesmos setores) e ao aborto, encabeçada no congresso pela ala conhecida por bancada evangélica e que pode ser exemplificada, por exemplo, pelo ataque feito por Jair Bolsonaro ao projeto de lei que criminaliza a homofobia em que “comentou com o costureiro tom jocoso que conquistaria seus seguidores: ‘Tem de ter também uma lei que criminaliza a carecofobia, a flamengofobia’” (Gracino JR; *et. al.*, 2021, p. 563). Esse posicionamento garantiu a Bolsonaro uma popularidade nova no meio evangélico (op. cit.). Como indica Marina Lacerda,

O que ocorre é que, na década de 1980, os inimigos comuns mais visíveis eram os socialistas; hoje, o inimigo mais evidente dos evangélicos é a “ideologia de gênero” (...). Seria de se supor que, com a queda do Muro de Berlim, o tema do comunismo e o maniqueísmo de Guerra Fria teriam também desfalecido. Mas não é isso que se passa. Ainda que menos evidente do que a pauta moral, a atualização da pauta soviética é relevante para o grupo religioso (Lacerda, 2022, p. 169).

Assim, renova-se a ideia de que os cristãos estariam em guerra e de que é preciso tomar um lado. Uma diferença entre as duas conjunturas é que, embora tenha sido marcada pela pluralidade religiosa, a Marcha da Família tinha como principais lideranças os católicos - a organização da marcha do Rio de Janeiro partiu, como vimos, justamente de uma reunião católica. Já o 8 de Janeiro foi protagonizado pelos evangélicos - embora, novamente, os católicos estivessem presentes e façam parte dessa mobilização pelos valores conservadores e defesa da família tradicional. Outra questão é o ecumenismo que Aline Presot (2004) destaca ter marcado a primeira, incluindo representantes do candomblé, por exemplo; enquanto que nos movimentos atuais as religiões de matriz africanas fazem parte do “outro” representante do mal.

Junto a esses elementos discursivos, que são utilizados para mobilizar sentimentos existentes no seio de uma massa sobretudo religiosa, destaca-se também a utilização das mídias disponíveis para tal. As chamadas para a marcha da família de São Paulo foram publicadas em jornais diversos - com destaque na primeira página da Folha de São Paulo, feito inédito para uma matéria do gênero (Motta, 2000) - e inclusive mais diretamente: Presot destaca que, na marcha do Rio, uma das estratégias utilizadas para a mobilização foi o envio de telegramas

para mulheres de vários estados, cujos endereços iam pedindo aos conhecidos (op. cit., p. 21).

Quando nos debruçamos sobre o bolsonarismo, essa mobilização destaca dois elementos: utilização massiva das redes sociais - principalmente grupos de whatsapp e facebook (relatório da CPMI) - e a proeminência das *fake news* como um verdadeiro fenômeno. Um grande exemplo é a formulação do termo “kit gay”, que se referia ao Programa Escola Sem Homofobia, proposto por Fernando Haddad (Lacerda, op. cit., p. 155). O kit em si nunca existiu, mas serviu de elemento de aglutinação dos grupos religiosos contra o Partido dos Trabalhadores. Mas quando colocamos especialmente sob a ótica do comunismo, a utilização de teorias falsas não é uma novidade, já que nas três ondas que apontamos a ameaça de uma revolução comunista foi agudamente exagerada - quando não inventada. Talvez a maior diferença na propagação dessas falsas notícias seja o nível de alcance e de possibilidades que o avanço das redes sociais e da tecnologia, respectivamente, representaram, já que mesmo imagens completamente falsas podem ser criadas por Inteligência Artificial para manipular a opinião pública.

Uma diferença que se percebe, não apenas nas duas manifestações mas nas reivindicações da direita em cada contexto, é que agora essa pretensão golpista é centralizada na figura de Bolsonaro. No contexto do golpe de 64, embora houvesse uma certa polarização em torno das imagens de Leonel Brizola (deputado federal e ex-governador do Rio grande do Sul) e Carlos Lacerda (governador do Rio de Janeiro) como representantes máximos da esquerda e da direita, respectivamente (Motta op. cit.), a manifestação que apoiava a deposição de João Goulart não colocava em pauta a entrega do poder para nenhum candidato ou político em específico. Já no caso do 8 de Janeiro, os discursos deixam muito claro que o papel que enxergam nas Forças Armadas é o de depor o presidente eleito e reconduzir ao cargo aqueles que consideram seu líder máximo: o adversário derrotado nas eleições, Jair Bolsonaro (Congresso Nacional, 2023).

Esse apelo às Forças Armadas também é comum aos dois movimentos. Na verdade, as Marchas da Família (nesse caso, especialmente as de São Paulo) foram retomadas como aval da sociedade, e mesmo um clamor, para a intervenção militar que, ademais, já vinha se expressando em outras vias, como nos meios de comunicação e propaganda: “Em diversas ocasiões, a grande imprensa publicou apelos de grupos sociais que se voltavam para os militares como baluarte contra o ‘perigo vermelho’” (Motta, 2000, p. 332). A fala do deputado



Plínio Salgado na ocasião, noticiada na matéria da Folha de São Paulo e que citamos no primeiro tópico, é voltada diretamente ao exército, de quem se espera que faça uso de seu poder militar para proteger a ordem do país e afastar o perigo da subversão.

Rodrigo Patto Sá Motta indica que essas campanhas encontraram um terreno fértil nas fileiras do exército, que viram nelas o aval para levar a cabo o golpe militar e considerá-lo, pois, como um ato legítimo. Nesse sentido, considerava-se como dever das Forças Armadas proteger e fazer valer a vontade da nação, de modo que a derrubada da democracia nada mais seria do que o cumprimento desse dever. Algo que o relatório da CPMI do 8 de janeiro ressalta é que os argumentos que os manifestantes utilizam para pedir a intervenção militar vão na mesma linha de sentido: a partir de uma interpretação isolada e mal fundamentada do artigo 142 da Constituição Federal (quanto ao papel das forças armadas como garantidoras da lei e da ordem) junto a uma suposição de que o Poder Judiciário estivesse intervindo indevidamente no Legislativo e no Executivo, de modo que “o remédio contra essa suposta usurpação seria a “intervenção federal”, a cargo das Forças Armadas, a quem competiria a ‘garantia dos poderes constitucionais’ (Congresso Nacional, 2023, p. 41).

Nesse ínterim, o exército apareceria como um “Poder Moderador” - coisa que, como o relatório atenta, não existe no Brasil ou em qualquer outro país democrático. Há momentos, inclusive, em que a autoridade para liderar a ação do exército é posta sobre a figura do próprio ex-presidente, a exemplo da mensagem a seguir, enviada pelo coronel Jean Lawand Jr. ao tenente coronel Mauro Cid, e que consta nos autos da CPMI: “Cid pelo amor de Deus, o homem tem que dar a ordem. Se a cúpula do EB [Exército Brasileiro] não está com ele, de Divisão para baixo está” (coronel Jean Lawand Jr., 10/12/2022 In. Congresso Nacional, 2023, p. 471). Nesse caso, a ordem seria para deflagrar o golpe.

O próprio Bolsonaro chegou a fazer referência ao papel popular no golpe de 64 por ocasião de um projeto de lei que apresentou, em 2013, à Comissão de Direitos Humanos e Minorias para que criasse uma “subcomissão especial para a defesa da história das Forças Armadas na formação do Estado brasileiro” (Bauer, 2024, p. 10) - o que fazia parte de seu posicionamento frente à instalação da Comissão Nacional da Verdade, à qual ele se referia como uma apunhalada nas costas das Forças Armadas (op. cit.). Fernanda Petrarca salienta que esse processo de criação da CNV foi uma espécie de ponto de virada para as FA, que passaram a se colocar contra o governo Dilma e contra o projeto político do Partido dos Trabalhadores de uma forma geral (Petrarca, 2021, p. 360).



Como vimos, uma das estratégias permanentes de combate ao comunismo foi a escolha discursiva de o retratar como a própria encarnação do mal, associando-o, assim como seus partidários, a demônios e bestas. Nesse sentido, em ambos os momentos a luta contra o comunismo é vista como mais do que uma luta entre direita e esquerda, mas, tomando de empréstimo principalmente as preocupações de cunho moral religioso, uma luta do bem contra o mal - o que excede partidos. Nesse sentido, a intervenção de uma instituição “alheia” à polarização - o exército, e não um partido - representava essa vitória do bem e da vontade geral, num momento de descrédito das próprias instituições políticas. No cenário atual, não apenas as FA mantém esse papel, como a figura de Bolsonaro surgiu já desde a primeira eleição como “outsider”, alheio ao jogo político em curso, à corrupção, justamente fazendo uso de sua posição de pouco crédito no interior das instituições políticas - essas próprias, mais uma vez, desacreditadas (Petrarca, 2021, p. 341).

Por fim, uma novidade que salta aos olhos é o caráter diretamente golpista e terrorista que o 8 de janeiro toma, não apenas por ser a reivindicação em si um ato antidemocrático, mas pela destruição de patrimônio público e tentativa de tomada do poder à força. Como atenta o relatório citado, o ato foi efetivamente coordenado para tal, não se configurando um excesso ou descontrole no desenrolar da manifestação, mas uma invasão premeditada que buscava, na ausência de ação dos militares, fazer eles próprios a intervenção. Essa premeditação fica clara quando observamos as recomendações de não levar crianças e idosos na manifestação - onde já se previa que a ação seria violenta. Se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em sua reivindicação também antidemocrática, apelava às Forças Armadas para que garantisse a ordem e se colocava na rua para mostrar o apoio civil utilizando como armas os rosários; o ato de 8 de Janeiro assumia para si mesmo a responsabilidade de derrubar o poder diante da inércia do exército em salvar o país. Como visto no tópico anterior, essa postura violenta de um movimento que, destacadamente, pode-se caracterizar como bolsonarista, é um desenrolar dos discursos de cunho extremista e antidemocrático propagados por Bolsonaro ao longo dos anos de mandato e, principalmente, no decorrer do processo eleitoral que o derrotou.

CONCLUSÃO

A análise dessas duas manifestações permitiu demonstrar que os estímulos utilizados para mobilizar o anticomunismo latente em parcela da sociedade Brasileira possibilitam conceber uma continuidade entre o movimento golpista de 64 e o avanço da extrema direita na atualidade, que volta a se apoiar num suposto crescimento da ameaça do comunismo no país para ensejar a criação de um movimento de apoio à derrubada de um governo democraticamente eleito. Nesse ínterim, esses estímulos se renovam, bem como as preocupações da direita brasileira o fizeram, mas mantêm-se principalmente sobre bases religiosas e de costumes conservadores.

Essa continuidade não é acaso, e nem se observa apenas nesses sentimentos latentes. A proximidade ideológica de Jair Bolsonaro com a ditadura militar ficou evidente em uma série de momentos: sua homenagem a Carlos Alberto Brilhante Ustra na votação do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, suas críticas à instalação da Comissão Nacional da Verdade em 2012 e sua proposição de homenagem aos militares que lutaram na repressão (e massacre) à Guerrilha do Araguaia (Bauer, 2024, p. 4). Nesse sentido, Caroline Silveira Bauer destaca um elemento que marca profundamente essa inclinação de Bolsonaro à ditadura: o negacionismo histórico, fenômeno político de manipulação ou falseamento deliberado do passado, que coloca dúvida sobre as análises históricas que considera tendenciosas e esquerdistas, e se coloca como um “outro lado”, o lado de uma verdade supostamente não ideológica e supostamente escondida.

Exemplo de como esse negacionismo alimentado por Bolsonaro se torna presente nos seus eleitores é destacado no trabalho de Máira da Costa e Débora Santos, que apontam a aproximação entre os seus discursos e aqueles que sustentavam a ditadura, uma vez que “nessa lógica binária composta por oposições simplistas, o modo como o tema do anti-comunismo/anti-esquerdismo aparece nos documentos analisados parece uma versão atualizada da figura do “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional” (Costa; Santos, 2024, p. 498). As autoras concluem ainda que entre os eleitores de Bolsonaro a desconfiança em relação à democracia, ou seu descompromisso com ela, é maior do que em outros segmentos, bem como a tendência a aceitar e apoiar um possível golpe de Estado dependendo de qual fosse a motivação - embora noções semelhantes não tenham deixado

de aparecer entre eleitores de esquerda, porém em número significativamente menor (op. cit. p. 492).

Esse descrédito às instituições democráticas não é, também, uma particularidade nacional. Em trabalho sobre o debate pós-democrático na atualidade, Luciana Ballestrin aponta que

A defesa aberta do retorno do colonialismo europeu ou da volta do governo militar no Brasil deixam de ser aberrações desconexas e anacrônicas, anunciando publicamente um desejo de violência coletiva, moralmente aceito como mais um ponto de vista permitido pela democracia liberal. O humanismo, projeto eurocêntrico repleto de contradições oriundas das violências coloniais e imperiais, retorna como um valor que a prudência e o instinto de sobrevivência da espécie não possibilitam ainda abandonar (Ballestrin, 2018, p. 157).

O negacionismo em relação à ditadura militar - que chega mesmo a negar que tenha havido alguma ditadura - ganha expressão nos anos 2010, a partir da rememoração do aniversário do golpe e da implementação das políticas de verdade e memória através da criação da CNV (Bauer, op. cit., p. 6). Nesse sentido, ela indica que “é necessário levar em consideração fenômenos como a pós-verdade e as fake news, compreendendo como o passado da Ditadura tem sido instrumentalizado como propaganda de projetos políticos contemporâneos” (ibid.). Seu estabelecimento, por outro lado, se dá ainda no governo ditatorial, já que além da transição pactuada que buscou impedir a responsabilização dos agentes do estado e, junto a isso, a própria investigação (Cunha, 2010), as próprias estratégias da repressão como desaparecimentos tinham como mote apagar a existência dos opositores como indivíduos - o negacionismo se constrói, pois, ainda antes da transição (Bauer, op. cit.).

Assim, o negacionismo histórico é uma das bases que permitem essa permanência de pré-disposições fortes o bastante para possibilitar ainda certos tipos de ataque à democracia quando mobilizadas. Retomamos, pois, a proposição de Joan Ramon Resina sobre o processo de transição espanhol onde também, “los vencedores suelen considerar su ideología confirmada por el resultado de la guerra, y el franquismo no sólo ganó la guerra sino que además estableció las condiciones de su propia superación, esto es, de su sublimación en instituciones democráticas” (Resina, op. cit., p. 52).

O debate sobre os impactos do negacionismo e as possibilidades de luta frente a ele dentro da historiografia ainda têm um caminho a percorrer no sentido de apresentar respostas possíveis, mas destaca-se já a necessidade de problematizar os usos públicos do passado como instrumento de manutenção do debate sobre a ditadura militar, e sobre a construção do Estado Democrático de Direito e sua defesa no presente. Dentro dessa perspectiva de trabalho com a memória no presente, cabe destaque ao trabalho de recuperação dos bens

materiais que foram destruídos ou danificados no atentado do 8 de janeiro que, como citado, foi apresentado em um relatório minucioso sobre cada peça atingida, sua história e os reparos que foram necessários e possíveis. Algo que chama a atenção é a escolha, em algumas das peças, em não restaurar de forma completa, mas de as colocar em exibição mostrando suas marcas e “cicatrizes” que, agora, contam também uma história e fazem parte da memória de um atentado à democracia - acrescido, portanto, à memória que já carregava. Assim, aponta o relatório que

A restauração dos bens culturais vitimados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 passou e passa por uma compreensão inabalável: não poderá apagar a história do objeto nem o objeto na história. A memória nacional ganhou um novo evento histórico e a restauração não poderia apagá-lo em sua expressão cravada nos bens culturais presentes (Câmara dos Deputados, 2024, p. 95-96).

Nesse sentido, a garantia do Estado Democrático de Direito no Brasil está diretamente ligada à necessidade de um trabalho com o passado que permita fazer frente às estratégias negacionistas que vêm crescendo no país, de modo que parte diretamente da demanda da História Pública e dos usos públicos do passado, colocadas à serviço da democracia.

FONTES

BOLSONARISTAS convocam aliados para ato em frente ao Congresso. **Poder360**, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaristas-convocam-aliados-para-ato-em-frente-ao-congresso/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BOLSONARO diz que pode não aceitar o resultado de 2022 e volta a mentir sobre eleições de 2014. **Carta Capital**, 07 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-pode-nao-aceitar-o-resultado-de-2022-e-volta-a-mentir-sobre-eleicoes-de-2014/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CÂMARA dos Deputados. **Restaurando a democracia: A preservação da memória da Câmara para futuras gerações**. Brasília: Edições Câmara, 2024.

MEMÓRIA 8 de janeiro: fotos inéditas mostram danos provocados na Câmara e no Senado pelos invasores. **Agência Câmara de Notícias**, 05 jan. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1030327-memoria-8-de-janeiro-fotos-ineditas-mostram-danos-provocados-na-camara-e-no-senado-pelos-invasores/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CONGRESSO NACIONAL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023**. Brasília: Congresso Nacional, 17 de outubro de 2023.

EM entrevista ao SBT, Bolsonaro não responde se aceitará resultado das urnas. **Congresso em foco**, 22 out. 2022. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/20131/em-entrevista-ao-sbt-bolsonaro-nao-responde-se-aceitara-resultado-das-urnas>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MEMORIAL da Democracia. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SÃO Paulo parou ontem para defender o regime. **Folha de São Paulo**, 20 mar. 1964. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOARES, Jussara. Bolsonaro diz que respeitará resultado das urnas: ‘Quem tiver mais votos leva. É a democracia’. **O Globo**, 29 out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/bolsonaro-diz-que-respeitara-resultado-das-urnas-quem-tiver-mais-votos-leva-e-a-democracia.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2025.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Pablo Emanuel Romero. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. - VOL. 36 N° 106, p. 1-21, 2021.

ANDRADE, José Antônio de. O Grande Medo Brasileiro: imaginário social, cultura do medo e anticomunismo no Brasil da Segunda República. **Intellêctus**. v.22, n.2 2023, p.21-43, jul-dez. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 149-164, 2018.

BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 37, no 82, e20240207, p. 1-24, 2024.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90** – v. 22 n.42 dezembro 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. A marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **rev. hist.** São Paulo, n.180, p. 1-19, 2021.

COSTA, Maíra Pereira da; SANTOS, Débora de Oliveira. Entre memória e política: a mobilização do passado e do autoritarismo pela extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. **Sillogés** – v.7. n.2. jul./dez., p. 475-506, 2024.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmonico. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JUNIOR, Paulo Gracino Junior; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 51, pp. 547-579, maio/ago 2021.

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, vol. 42(1), p. 153-176, 2022.

LAGE, Otília. História comparada e método comparativo historiográfico: problemáticas e propostas. In **Alto Douro e Pico – paisagens culturais vinhateiras patrimônio mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada**. Porto, Portugal: CITCEM, 2018, p. 62-73.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. O grupo permanente de mobilização industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). **Política econômica nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro : Consequência, 2018.

MARTINUZZO, José Antônio; DARRIBA, Vinicius Anciães. Terrorismo, ciberterritórios, fake news e o fenômeno das massas “instrumentárias”. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, e 6238, p. 1-15, maio de 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015, p. 35-83.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Proj. História**, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

PETRARCA, Fernanda Rios. Uma Janela no Tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. **TOMO**. N. 38 JAN./JUN., p. 339-371, 2021.

PORTARI, Rodrigo D.; et. al. Extrema direita e atentado à democracia no Brasil: acontecimento e construção de quadros de sentido na imprensa. **Intexto**. Porto Alegre, UFRGS, n. 56, e-135964, p. 1-22, 2024.

PRESOT, Aline Silva. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

QUÉRÉ, Louis. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**. Lisboa, v. 10, p. 13-37, 2011.

RESINA, Joan Ramon. Posguerra diferida. Latencia como categoria de análise histórico. In CORNELSEN, Elcio Loureiro *et. al.* **Imagem e memória**. Belo Horizonte: Rona Editora, FALE/UFGM 2012, p. 41-62.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, no 44, pp. 463-488, 2002.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 27, no 3, set.-dez., p. 705-729, 2021.

Recebido em: 30 de abril de 2025

Aprovado em: 15 de agosto de 2025.